

CONTRATO Nº 20249001

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de Santa Cruz do Arari, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI, inscrita no CNPJ sob o nº 63.869.333/0001-71, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) EDILENE DO SOCORRO MENDES DA CRUZ, Presidente da Câmara, portador do CPF nº 569.502.682-20, residente na TRAV. LIDIA LEAL, e do outro lado MILTON ALVES FILHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 49.434.652/0001-23, com sede na Travessa Quintino Bocaiúva, nº 2301, Sala 703, Bairro Cremação, Belém-PA, CEP 66.045-315, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr (a). MILTON ALVES LIMA FILHO, residente na Travessa Pirajá, nº 716, Apto 1301, Bloco B, Bairro Pedreira, Belém-PA, CEP: 66.083-514, portador do CPF nº 616.491.202-49, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica em atendimento às demandas judiciais e emissão de pareceres jurídicos da Câmara M unicipal de Santa Cruz do Arari, por um período de 09 (nove) meses, de acordo com o Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;

CAMARA MUNICIPAL	



- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao dejeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato.
- 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 05 de abril de 2024, extinguindo-se em 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

CAMARA MUNICIPAL



CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a extinção contratual os constantes dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, conforme previsto no referido diploma legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:
 - Advertência;
 - Multa;
- Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbit o da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 7.2. A multa prevista acima será a seguinte:
- Até 30% (trinta por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais.
- 7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda par a o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;
- 7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

CAMARA MUNICIPAL	



7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada

durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão

aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente com prováveis, a critério da autoridade competente do

CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total da presente avença é de R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais), sendo 09 (nove) parcelas

mensais de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), a serem pagas no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final

do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo,

segundo as autorizações expedidas pelo(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI e de

conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a

condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à Contratada,

aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse

índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.2 - O valor deste instrumento não sofrerá nenhum reajustamento durante a sua vigência, e em caso de prorrogação

deverá incidir reajuste pelo IPCA.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação

orçamentária do exercício de 2024:

Dotação Orçamentária: 01 031 0001 2.001 - Manutenção da Câmara Municipal.

Classificação econômica: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

Subelemento - 3.3.90.35.01 - Assessoria, Consultoria Técnica/Jurídica.

Fonte de Recurso: 15000000 - Recurso não Vinculados de Impostos.



9.2 - Ficando o saldo, pertinente aos demais exercícios, a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

- 11.1 Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.
- 11.2 Fica eleito o Foro da cidade de Santa Cruz do Arari, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.
- 11.3 Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Santa Cruz do Arari/PA, 05 de abril de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI CNPJ nº 63.869.333/0001-71 CONTRATANTE

MILTON ALVES FILHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ nº 49.434.652/0001-23 CONTRATADA



Testemunhas:1	2

CAMARA MUNICIPAL